

IFRS 9 – *Financial instruments*: fatores determinantes da influência das *comment letters* em relação a minuta de pronunciamento (ED/2013/3) do IASB

IFRS 9 – Financial instruments: determinant factors of the influence of comment letters in relation to the IASB exposure draft (ED/2013/3)

NIIF 9 – Instrumentos financieros: factores determinantes de la influencia de las cartas comentarios en relación con el proyecto de exposición de IASB (ED/2013/3)

Maria Carolina Reis Visoto*
Mestre em Ciências Contábeis na
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil
carolvisoto@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9444-9807> 

Iuri Ribeiro Nobre
Mestre em Ciências Contábeis na
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil
iuri.nobre50@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8279-4083> 

Thayanne Costa da Silva
Mestre em Ciências Contábeis na Universidade de Brasília
(UnB), Brasília/DF, Brasil
thayanne.costa.tc@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4936-7332> 

Jomar Miranda Rodrigues
Doutor em Ciências Contábeis na
Universidade de Brasília (UnB)
Professor do Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais (UnB), Brasília/DF, Brasil
jomar@unb.br
<https://orcid.org/0000-0001-5961-243X> 

Endereço do contato principal para correspondência*
Campus Darcy Ribeiro - Prédio da FACE, Asa Norte, CEP: 70910-900 – Brasília/DF, Brasil

Resumo

O artigo analisa se há influência dos usuários da informação contábil em relação as suas respostas atreladas ao *duo process* do IASB na norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Foram analisadas 136 cartas comentários que responderam ambas as questões 4 e 5 do *Exposure Draft* (ED/2013/3). Para alcançar o objetivo analisou-se se os respondentes concordaram ou discordaram da proposta e se houve sucesso de influência por meio da regressão logística (LOGIT). A hipótese H1, que trata da influência dos Estados Unidos na norma, mostrou que o país segue uma tendência contrária à do IASB, mostrando uma possível preferência pelas U.S. GAAP. Já H2, a respeito das instituições financeiras, obteve confirmação parcial, mostrando uma influência significativa quanto à questão 4, em que não concordaram com o provisionamento inicial da perda de crédito esperada, porém sem sucesso para a questão 5.

Palavras-chave: IFRS 9; IASB; Comment-Letters; Instrumentos Financeiros

Abstract

The purpose of this article is to analyze if there is influence of the comments of the users of the accounting information in relation to their responses linked to the IASB process duo in the IFRS 9 - Financial Instruments. We analyzed 136 comment letters that answered both questions 4 and 5 of the Exposure Draft (ED 2013/3). In order to achieve the objective, it was analyzed whether respondents agreed or disagreed with the proposal and, in comparison with the final standard, it was analyzed whether such responses were successful or not. Quantitatively, the econometric model of logistic regression (LOGIT) was used to verify the significance of the influence. Two hypotheses were tested, one regarding the influence of the United States on the Standard and another on financial institutions. Of the two hypotheses of the study, only H2 obtained partial confirmation, showing a significant influence of the financial institutions in the decisions of the IASB.

Keywords: IFRS 9; IASB; Comment-Letters; Financial Instruments

Resumen

La propuesta del artículo es analizar si hay influencia de las cartas comentarios de los usuarios de la información contable en relación a sus respuestas vinculadas al dúo proceso del IASB en la NIIF 9 - Instrumentos Financieros. Se analizaron 136 cartas comentarios que respondieron ambas cuestiones 4 y 5 del *Exposure Draft* (ED/2013/3). Para alcanzar el objetivo se analizó si los respondedores concordaron o discrepaban de la propuesta y, en comparación con la norma final, se analizó si tales respuestas obtuvieron éxito de influencia. Cuantitativamente, se utilizó el modelo econométrico denominado de regresión logística (LOGIT) para verificar la significancia de la influencia. Se probaron dos hipótesis, una con respecto a la influencia de Estados Unidos en la Norma y otra respecto a las instituciones financieras. De las dos hipótesis del estudio, sólo H2 obtuvo confirmación parcial, mostrando una influencia significativa de las instituciones financieras en las decisiones del IASB.

Palabras clave: IFRS 9; IASB; Cartas Comentarios; Instituciones financieras

1 Introdução

Os usuários das informações contábeis possuem um importante papel na formulação das normas internacionais. Tal participação pode influenciar muito além da própria contabilidade. A tendência, então, é a de se perceber que as contribuições podem ser mais expressivas em certos quesitos que tragam grandes impactos para as áreas contábeis, principalmente para a financeira. Essa participação exige, cada vez mais, a transparência das informações contábeis (NIYAMA; SILVA, 2013).

Nesse contexto, ao pensar-se em globalização, sabe-se que há a necessidade de que as informações sejam claras e compreensíveis para que possam ser entendidas por qualquer usuário. As informações de alta qualidade são de interesse comum e representam um dos objetivos do *International Accounting Standards Board* – IASB. A partir disso, os relatórios financeiros se tornaram uma realidade global advinda das implicações das *International Financial Reporting Standards* – IFRS (BARTH, 2008).

Assim, não seria diferente quando há um distúrbio identificado na contabilidade, principalmente quando se trata de instrumentos financeiros. Por isso, com a crise de 2008, passou-se a debater sobre a regulamentação e supervisão do sistema bancário em busca de sua melhoria. As questões centrais nortearam os modelos de reconhecimento de perdas em operações de crédito e demonstraram preocupação em ter-se uma visão que facilitasse a compreensão das informações (DANTAS; RODRIGUES; RODRIGUES; CAPELLETO, 2010).

O IASB e o *Financial Accounting Standards Board* - FASB ainda não tinham desenvolvido um modelo comum nesta área, apesar de terem tido certo progresso na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. Muito da explicação se ressalva no fato de que se percebeu a necessidade após a crise. Assim, tendo como foco esta preocupação, o IASB propôs a substituição da IAS 39 pelo modelo da IFRS 9, de publicação em julho de 2014, com vigência a partir de 2018 (IFRS FOUNDATION, 2014).

Nesse contexto, com foco no desenvolvimento da IFRS 9, é imaginável que seu impacto seja de extrema relevância para todos os mercados do mundo, uma vez que todos estes possuem mercados financeiros, cujo impacto seria percebido. É nesse sentido que há a extrema importância de se ater à opinião dos usuários da contabilidade mediante as mudanças propostas.

O uso de instrumentos financeiros tem recebido cada vez mais espaço nos mercados, principalmente com o avanço tecnológico e suas diversas formas de obtenção de capital. Logo, tem-se impulsionado a abrangência e grandeza do mercado financeiro, o que, conseqüentemente, aumenta a relevância das informações sobre esses instrumentos. Mesmo porque sua utilização não só possibilita a suavização de resultados e aumentos de rentabilidades, mas sua utilização descuidada pode gerar prejuízos e até ocasionar falências, como o risco sistêmico, por exemplo (MARQUES; PETRI; SCHULTZ, 2012).

O processo normativo do IASB apresenta seis etapas para a elaboração das normas (IASB, 2008). Sendo um deles, a participação dos usuários por meio das *Comment Letters*. Esse instrumento acaba por se tornar a ferramenta mais próxima que se tem para medir o impacto da norma nas mais diversas áreas do mercado. Vale ressaltar que a participação é aberta ao público em geral e as contribuições podem trazer opiniões de usuários das mais diversas áreas de mercado quanto as principais mudanças na contabilidade. Daí a importância de sua exploração, uma vez que a depender das contribuições, uma área pode acabar sendo mais beneficiada do que outra.

A partir dessas colaborações, buscou-se entender o comportamento dos respondentes junto ao processo de convergência contábil e quais os fatores que influenciam o sucesso da influência dos participantes do processo de convergência, a partir das *comment letters* enviadas ao ED/2013/3 referente a norma de instrumentos financeiros – IFRS 9.

Para tanto, o objetivo do presente trabalho é analisar se é perceptível a existência de influências na norma final. O principal ponto refere-se a analisar as opiniões inseridas pelos usuários em relação a questões colocadas pelo ED/2013/3. Assim, é necessário evidenciar qual a localidade a que os respondentes pertencem, categoriza-los por área de atuação e identificar as principais questões de concordância, discordância e abstenção de opinião. Para que isso seja possível, foi feita uma análise dos fatores que impulsionaram o sucesso da influência na norma de instrumentos financeiros.

A hipótese trabalhada é que os usuários da informação contábil, que participam dos processos de convergência, tendem a influenciar as normas de forma que esta possa lhes beneficiar, devido a um interesse próprio, conforme Jorissen, Lybaert e Poel (2006), Deegan e Unerman (2011) e Baudot (2013) puderam concluir em seus trabalhos. Essas descobertas podem ajudar a fornecer indícios de que a normatização contábil é um processo político, pois leva em conta o interesse de vários usuários que pretendem maximizar seu próprio bem-estar. O ponto convergente entre os autores citados remete ao fato de que as regras contábeis moldam o capitalismo moderno e norteiam o crescimento econômico, sendo foco de atração para eventuais interesses.

Com isso, a relevância do artigo repousa na soma que pretende fazer à literatura já existente sobre influências, como forma de um processo político, ao tentar considerar o interesse de diversas partes. A pesquisa, também, acaba por se revelar importante à medida que contribui para a investigação de uma das principais normas para o setor, principalmente, para as instituições financeiras, como por exemplo, os bancos.

2 Referencial Teórico

2.1 Processo normativo do IASB – IFRS 9

A convergência contábil tem como objetivo o alcance da comparabilidade entre os relatórios financeiros, de modo que os países possam chegar a uma harmonização das informações disponibilizadas pela contabilidade. Neste processo, é possível destacar o trabalho desenvolvido pelo IASB que corresponde ao órgão emissor de normas internacionais, de alta qualidade e aceitas, quase, no mundo todo (NIYAMA; SILVA, 2013).

As normas internacionais têm suas validações devido à aceitação de vários países, o que torna o seu uso, um ato em expansão. Ao pensar-se na norma de instrumentos financeiros, por exemplo, tem-se um tema complexo com necessidade de ampla pesquisa. A norma *International Accounting Standard- IAS 39* de Instrumentos financeiros, elaborada pelo *International Accounting Standards Committee – IASC* (órgão antecessor ao IASB), serviu de ponto de partida para que o órgão atual adicionasse o problema a sua agenda no ano de 2009. Fato que resultou na sua transformação em IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, sendo oficializada em 2014 em sua versão final, para entrar em vigor em 2018 (IFRS FOUNDATION, 2014).

Mais especificamente, Sayed et al. (2013) classificaram a IAS 39 como complexa e subjetiva. A norma acabava por gerar dificuldades em seu entendimento e, principalmente, em sua aplicação. Por isso, a mudança deu-se para a IFRS 9, com uma característica mais objetiva e classificada como menos complexa. Já Carvalho, Albuquerque, Quirós e Justino (2015), reforçam as principais mudanças que ocorreram durante a transição da antiga norma para a nova.

No presente trabalho, então, destaca-se a fase dois, onde foi denominada de metodologia do *impairment*. O modelo de perda incorrida da antiga norma, IAS 39, passou a ser o modelo de perda esperada na IFRS 9. Trazendo outras mudanças junto, mas principalmente a nova forma de provisionamento que poderá impactar as empresas, como previsto, também, em Sayed et al. (2013).

A partir disto, pode-se analisar Barth e Landsman (2010) que classificaram o modelo de *impairment* da IFRS 9 como sendo um modelo mais próximo a realidade e, por isso, não espera o acontecimento de um evento, identificado como um ponto de partida, para assumir a perda, ou seja, o exato ponto de transição entre incorrido e esperado. Além disso consideraram que as perdas com bases correntes, podem ter seus reconhecimentos feitos de forma mais simétrica e, conseqüentemente, mais tempestiva. Fato que, por sua vez, pode acabar até por reduzir a desconfiança dos mercados quando o impacto do uso da nova norma puder ser mensurado em estudos futuros.

2.2 Teoria dos Grupos de Interesse

As normas de regulação da contabilidade estão ligadas aos períodos pelos quais os países capitalistas estão passando em suas economias. Assim, percebe-se que a necessidade de normatização se deu por meio de teorias atreladas às teorias econômicas. Principalmente quando períodos de crises financeiras reafirmam a importância da intervenção do Estado mediante o comportamento de órgãos reguladores. Muitas vezes há a necessidade de incentivos a elaboração das normas, muitos deles são por motivos de necessidade de suprir falhas de mercado. Nesse mesmo raciocínio, é possível que a própria norma vire uma falha de mercado quando esta se torna alvo de influências por grupos de interesse (DEEGAN, UNERMAN, 2011).

Apesar de os órgãos normativos afirmarem que se comprometem a agir de forma independente, Zeff (2010) avalia que há um comportamento natural, mas não correto, de grupos de usuários que se formam para tentar impactar o processo de elaboração dos padrões contábeis. Assim, acabam por gerar benefícios e custos que talvez não possam ser suportados por outros e, por isso, há uma tentativa de reação de demais entes em evitar tais custos.

Entretanto, as participações são consideradas por McLeay, Ordelheide e Young (2004) como importantes para ajudar o IASB a aliar teoria e prática, uma vez que auxilia a entender as demandas daqueles que serão impactados pelas normas. Além de, logicamente, trazer legitimidade a suas normas que dependem da aprovação destes mesmos usuários afetados por ela, fato também identificado no trabalho de Niyama (2013).

Então, o tipo de prática devidamente identificado com propósito de influência são os denominados grupos de interesse que, segundo a pesquisa de Giner e Arce (2012), podem ser assim chamados aqueles que possuem suas propostas aceitas, onde de fato são considerados mais poderosos, ao contrário daqueles cujas propostas são classificadas como não aproveitadas para a elaboração da norma final, que de alguma forma são sugestões rejeitadas.

Segundo Viscusi et al. (2005) Peltzman (1976) e Becker (1983), a Teoria dos Grupos de Interesse, também denominada de Teoria Econômica da Regulação, se baseia na premissa de que o regulador buscará apoio político em troca de validação e, dessa forma, maximize seu bem estar. Para tanto, grupos de interesse competem em dar este tipo de apoio com o intuito de uma normatização favorável às suas prioridades. Com isso, concluem que os grupos mais organizados e com interesses equivalentes terão maior eficácia em suas influências. A normatização poderia ser, então, o desfecho da combinação entre o convencimento do poder político e a pressão de grupos de interesse que se revezam a depender do ativo regulado.

Assim, entendendo-se a mudança gerada pela IFRS 9 para diferentes empresas, principalmente, as instituições financeiras, poderia ser de grande valia, assim como descrito no objetivo do presente trabalho, identificar se houve influência dos grupos de interesse na participação dos respondentes ao processo normativo do IASB e quais são eles.

Larson (2008) e Maglio (2011) entendem que há uma predominância de certos países na participação pelas *comment letters*. A expressividade dos Estados Unidos é verificada pelos trabalhos em questão e pode ser justificada pelo fato de ser um país atuante, já inserido no processo de convergência e provável impactado pela normatização, uma vez que representa um dos maiores mercados do mundo. É neste prisma que foi formulada a hipótese a ser testada empiricamente:

H1: As cartas enviadas pelos norte-americanos, pertencentes aos Estados Unidos, têm maior probabilidade de serem aceitas do que as enviadas por outras nacionalidades: Pela busca de legitimação com a maior potência do mundo e de ter um *due process* com o *Financial Accounting Standards Board* – FASB, o órgão normatizador dos EUA que faz parceria em busca da convergência internacional com o IASB (NIYAMA; SILVA, 2013).

Já a segunda hipótese foi embasada na necessidade de verificação da participação dos principais potencialmente impactados pela normatização, as instituições financeiras, uma vez que a norma IFRS 9 trata sobre seus instrumentos. Além de ser um grupo de alta participação em diversas normatizações, conforme visto no trabalho de Yen, Hirst e Hopkins (2007) em que totalizou 42% de participação no volume de cartas enviadas.

H2: As cartas enviadas por instituições financeiras têm maior probabilidade de serem aceitas do que as enviadas por outros grupos de interesse: As instituições financeiras são frequentemente consideradas como um dos principais interessados devido às suas atividades de investimento, já que estes são os maiores utilizadores e promotores dos instrumentos financeiros (CHATHAM; LARSON; VIETZE, 2010).

3 Metodologia

3.1 Universo e Plano Amostral da Pesquisa

O objetivo deste estudo é analisar a influência dos respondentes nas decisões do IASB, mais precisamente, analisar se algumas características específicas influenciarão nesse sucesso de influência. Para isso, a população dessa pesquisa são as cartas comentários enviadas durante o processo de elaboração da norma IFRS 9.

A elaboração da referida norma foi dividida em três fases, a Fase 1 tratou dos assuntos relacionados a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, a Fase 2 do *impairment* e a Fase 3 da contabilidade de *Hedge*. Todo o processo de elaboração resultou em mais de 1.000 cartas comentários, que estão disponíveis no site das IFRS. Para este estudo, foram coletadas as cartas comentários no estágio definido como “Final IFRS” relacionadas a Fase 2, o *Exposure Draft* ED/2013/3, o que totaliza 184 cartas. A escolha desse período específico é justificada pela relevância da mudança, que envolveu a transição do uso de perdas incorridas para perdas esperadas, alterando de forma intensa as provisões calculadas pelas companhias. As respostas foram confrontadas com o que foi abordado no documento final publicado, ou seja, a versão final da IFRS 9.

O documento era composto por 13 questões que indagavam os respondentes sobre sua concordância relacionada a detalhes específicos da norma, assim, para prosseguimento dessa pesquisa optou-se por analisar as questões 4 e 5(a). A escolha dessas questões se justifica por permitirem uma análise da opinião dos respondentes de forma específica, pois diz respeito a duas grandes mudanças na questão de perdas: o

reconhecimento de perda esperada em 12 meses e o reconhecimento da perda *lifetime*, caso ocorra aumento no risco de crédito. As questões estão expostas abaixo.

Quadro 1: Questões escolhidas no *Exposure Draft* analisado.

Questão 4
Mensurar a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada em 12 meses é operacional? Caso contrário, por que não e como você acredita que a porção de reconhecimento inicial deva ser determinada?
Questão 5 (a)
Você concorda com o requisito proposto de reconhecer a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada <i>lifetime</i> com base em um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial? Caso contrário, por que não e qual alternativa você prefere?

Fonte: Tradução livre do ED/2013/3.

Dessa forma, para composição da amostra, foram selecionadas as cartas que responderam ambas as perguntas. A Tabela 1 descreve o comportamento das cartas.

Tabela 1: Amostra

Descrição	Quantidade	%
Total de Cartas	184	100%
Cartas excluídas por indisponibilidade de acesso	0	-
Cartas Potenciais para análise	184	100%
Cartas com ambas as questões respondidas	136	74%
Cartas com a questão 4 respondida	137	74%
Cartas com a questão 5 respondida	143	78%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa.

As 136 cartas escolhidas para análise foram classificadas de acordo com o tipo de respondente e com a nacionalidade que a carta pertencia. Para cartas de empresas multinacionais foi considerado o país de origem da carta enviada. Para classificar os respondentes foi feita uma adaptação de classificações já utilizadas em outros estudos, como Yen, Hirst e Hopkins (2007), Matos et al. (2013) e da própria classificação do IASB.

Assim, os respondentes foram alocados em nove grupos: Acadêmicos, que se refere a professores e universidades; Auditoria, que compreende as empresas ou profissionais independentes que exerçam a função de examinar a contabilidade; Associação de Empresas, que compreende as organizações de empresas que buscam um fim em comum; Associação Profissional, que compreende as organizações de pessoas que possuem objetivos em comum; Instituições Financeiras, que compreende os bancos e outras empresas que tenham por objeto as finanças; Normatizadores, que são os órgãos emissores de normas; Reguladores, que compreende os órgãos reguladores de normas; Preparador Geral, aquele que produz as informações contábeis; Outros, que compreende aqueles sem classe definida. Quanto a nacionalidade, as cartas foram divididas em África, Ásia, Europa, América do Norte, América Latina e Oceania.

3.2 Desenho da Pesquisa

Considerando uma característica das questões levantadas pelo IASB de perguntar ao respondente se ele concorda com determinado tema e o porquê de determinada opinião, espera-se analisar qual o posicionamento da parte interessada em relação ao tema abordado na questão. Dessa forma, é possível analisar também o sucesso desse argumento, se o respondente concordou com o IASB e este manteve seu posicionamento na emissão da norma, pode-se concluir que houve sucesso. Caso a parte interessada concorde com a questão do IASB e ele mude seu posicionamento posteriormente, pode-se concluir que não houve sucesso.

Dessa forma, a presente pesquisa se caracteriza como documental por se tratar de análise de cartas enviadas ao IASB durante o processo de elaboração da norma de instrumentos financeiros, mais precisamente no que tange ao processo de determinação do *impairment*.

Qualitativamente foram analisados dois itens: o posicionamento do respondente e o sucesso da influência, ou não, quando confrontado com a versão final da norma. Quantitativamente, foi utilizado o modelo econométrico denominado de regressão logística (LOGIT), que busca verificar as variáveis que apresentam maior probabilidade de influenciar o sucesso de influência na fase analisada.

As variáveis utilizadas na pesquisa como fatores influenciadores da influência (variáveis independentes) são definidas na tabela 2. Com base nas variáveis apresentadas na Tabela 2, a regressão logística (LOGIT) foi escolhida como modelo econométrico deste artigo. Utiliza-se o modelo LOGIT quando a variável dependente é qualitativa, podendo assumir valores binários. Quanto as variáveis independentes, podem ser qualitativas e/ou quantitativas (GUJARATI, 2011; AGRETI, 2018). Assim, espera-se que a regressão logística possa auxiliar na investigação de quais variáveis possuem alguma influência na posição escolhida pelo IASB.

Tabela 2: Relação de Variáveis Utilizadas

Variável	Descrição Resumida
Variável Dependente	
Sucesso de influência	Variável Binária. Assume 1 se a posição foi acolhida pelo IASB e 0, caso contrário.
Variáveis Independentes	
B ₁ Acadêmicos	Variável Binária. Assume 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Acadêmicos e 0, caso contrário.
B ₂ Audit	Variável Binária. Assume 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Auditoria e 0, caso contrário.
B ₃ Assoc. Empresas	Variável Binária. Assume 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Associações de Empresas e 0, caso contrário.
B ₄ Assoc. Profissional	Variável Binária. Assume 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Associações Profissionais e 0, caso contrário.
B ₅ Inst. Financeiras	Variável Binária. Assume 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Instituições Financeiras e 0, caso contrário.
B ₆ Normatizador	Variável Binária. Assume 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Normatizadores e 0, caso contrário.
B ₇ Preparador Geral	Variável Binária. Assume 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Preparadores Gerais e 0, caso contrário.
B ₈ Regulador	Variável Binária. Assume 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Reguladores e 0, caso contrário.
B ₉ USA	Variável Binária. Assume 1 se o respondente for originário dos Estados Unidos e 0, caso contrário.
B ₁₀ África	Variável Binária. Assume 1 se o respondente for originário da África e 0, caso contrário.
B ₁₁ Ásia	Variável Binária. Assume 1 se o respondente for originário da Ásia e 0, caso contrário.
B ₁₂ Europa	Variável Binária. Assume 1 se o respondente for originário da Europa e 0, caso contrário.
B ₁₃ América do Norte	Variável Binária. Assume 1 se o respondente for originário da América do Norte e 0, caso contrário.
B ₁₄ Oceania	Variável Binária. Assume 1 se o respondente for originário da Oceania e 0, caso contrário.
B ₁₅ América Latina	Variável Binária. Assume 1 se o respondente for originário da América Latina e 0, caso contrário.

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto as variáveis independentes, por ser uma prática do IASB abrir consultas públicas quando da emissão de novas normas, considera-se plausível que todos os sinais sejam positivos, pois, considerando que o IASB é um órgão que preza pela melhora da qualidade da informação contábil e pela convergência contábil, não faz sentido esperar, a priori, que o órgão vá contra um dos grupos que foram adicionados como variável independente (sinal negativo) visto que indicaria que o órgão estaria desqualificando a opinião de grupos, seja devido a sua localização geográfica ou sua classificação.

No entanto, espera-se que dois grupos específicos possam influenciar de forma mais significativa na elaboração da norma em questão – a IFRS 9. Conforme já explicado na Seção 2, nossas hipóteses de pesquisa se concentram em dois grupos, as instituições financeiras e os respondentes dos Estados Unidos. Acredita-se que, por essa norma fazer parte de um *due process* com o FASB, os respondentes americanos teriam uma maior probabilidade de aceitação. Além disso, as instituições financeiras são as principais impactadas pela norma, o que levaria o IASB a uma tendência de maior probabilidade de aceitação de seus comentários, visto que esse grupo lida com instrumentos financeiros de forma constante.

Assim, sem desconsiderar que os outros grupos possam influenciar nas decisões do IASB, espera-se que os sinais das variáveis B₅Inst. Financeiras e B₉USA sejam positivos e significativos. No que diz respeito as premissas, o modelo LOGIT não necessita de distribuição normal dos erros, nem que estes sejam homocedásticos, visto que se trata de uma distribuição binomial (GUJARATI, 2011).

Segundo Gujarati (2011), a linearização do modelo LOGIT pode acontecer, o que pode ser mostrado a seguir:

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = Z_i = \beta_1 + \beta_2 X \quad (1)$$

Ou seja, L, o logaritmo da razão de chances, não é apenas linear em X, mas também (do ponto de vista de estimação), linear nos parâmetros. L é chamado de logit, daí o nome de modelo logit (GUJARATI, 2011).

A partir das características apresentadas acima e em autores que utilizaram esse modelo econométrico para determinar sucesso em cartas comentários, como Carmo, Ribeiro e Carvalho (2014) e Tavares (2016) o modelo LOGIT é adequado para a situação proposta no artigo. O modelo é rodado para as questões 4 e 5 das cartas comentários como descritos a seguir:

$$Probabilidade (Sucesso) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \sum \beta_k \text{Influenciadores}_k)}} \quad (2)$$

$$\begin{aligned} Sucesso = & \beta_0 + \beta_1 \text{Acadêmicos} + \beta_2 \text{Audit} + \beta_3 \text{Assoc. Empresas} \\ & + \beta_4 \text{Assoc. Profissional} + \beta_5 \text{Inst. Financeiras} + \beta_6 \text{Normatizador} \\ & + \beta_7 \text{Preparador Geral} + \beta_8 \text{Regulador} + \beta_9 \text{USA} + \beta_{10} \text{África} + \beta_{11} \text{Ásia} \\ & + \beta_{12} \text{Europa} + \beta_{13} \text{América do Norte} + \beta_{14} \text{Oceania} \\ & + \beta_{15} \text{América Latina} + \varepsilon_i \end{aligned} \quad (3)$$

Para evitar problemas com variáveis inclusas irrelevantes no modelo, optou-se por rodar o stepwise, ferramenta que testa a melhor combinação entre as variáveis independentes, adicionando e removendo preditores, com o objetivo de encontrar o modelo com melhor performance. Será utilizado, também, o fator de inflação da variância (VIF), para identificar possíveis problemas de multicolinearidade.

A fim de avaliar a robustez do modelo, será utilizado *Likelihood Ratio Test* (teste LR), que indica a qualidade de ajuste dos modelos. Com relação a análise das variáveis dos modelos, o coeficiente beta, se for estatisticamente significativo, será avaliado juntamente com a razão de chance (*odds ratio*), que representa a razão da probabilidade de ocorrer o evento em um determinado classe ou grupo pela probabilidade de ocorrer o evento em outra classe ou grupo (AGRESTI, 2018).

4 Análise dos Resultados

4.1 Estatística Descritiva

O *Exposure Draft* ED/2013/3 recebeu 184 respostas de todo o mundo, a maioria dos respondentes é do continente europeu (51%), seguido pela América do Norte (22%) e Ásia (15%), vale frisar que os respondentes multinacionais foram classificados de acordo com o endereço do remetente da carta ou a localidade de sua sede, formando assim a população do presente trabalho. Das 184 cartas, 136 foram selecionadas para a amostra, sendo aquelas em que foram respondidas ambas as questões analisadas, 4 e 5(a). A Tabela 3 discrimina as cartas de acordo com os continentes dos respondentes.

Tabela 3: Nacionalidade dos Respondentes.

Nacionalidade	População		Amostra	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Europa	93	51%	71	52%
América do Norte	40	22%	25	18%
Ásia	28	15%	21	15%
Oceania	11	6%	10	7%
América Latina	6	3%	3	3%
África	5	2%	5	4%
Não Identificado	1	1%	1	1%
TOTAL	184	100%	136	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisa.

Assim como na totalidade de cartas enviadas ao IASB, a Europa ainda é maioria nas cartas utilizadas para análise, a proporção permanece a mesma, ela é seguida por América do Norte e Ásia, a única mudança é na proporção de cartas enviada pela América Latina, que caiu de 3 para 2% e da África, que subiu 1%.

Quanto aos tipos de respondentes (Tabela 4), conforme já explicitado, eles foram divididos em nove grupos com base em trabalhos anteriores que também tiveram como objeto as cartas comentários e também com base na divisão do IASB. O tipo de respondente mais frequente são as instituições financeiras, o que era esperado, visto que o *Exposure Draft* diz respeito a forma de cálculo das perdas dos instrumentos financeiros. Chama atenção a pouco posicionamento dos acadêmicos, apenas 2% dos respondentes, o que corrobora com outros trabalhos, como Matos (2013) e levanta mais uma vez um questionamento acerca do silêncio desses acadêmicos e pesquisadores acerca das normas emitidas pelo IASB. A categoria “Outros” compreendeu os indivíduos que não identificaram sua profissão ou origem. A Tabela 4 elenca os demais respondentes e sua frequência de participação.

Tabela 4: Tipo de Respondente

Tipo de Respondente	População		Amostra	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Instituição Financeira	39	21%	25	18,5%
Preparador	30	16%	25	18,5%
Associação de Empresas	28	15%	22	16%
Associação Profissional	28	15%	22	16%
Normatizador	27	15%	20	15%
Regulador	15	8%	9	7%
Auditoria	10	5%	9	7%
Acadêmicos	3	2%	2	1%
Outros	4	3%	2	1%
TOTAL	184	100%	136	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisa.

Nas cartas utilizadas para o estudo as instituições financeiras continuam com o maior percentual de respondentes, mas agora logo após vem as associações profissionais. Os acadêmicos continuam com uma proporção baixa, agora de 1% da amostra total.

4.2 Análise Multivariada

A fim de analisar o alinhamento da resposta com a aceitação por parte do IASB, a Tabela 5 apresenta a relação entre as opiniões presentes nos comentários relativos a cada questão e a decisão final do IASB emitida na norma final (IFRS 9). No geral, os respondentes, além de dizer se concordavam ou não, também buscaram dar sugestões e expor sua opinião de acordo com o que os favorecesse mais, dos respondentes que apenas concordaram ou discordaram, nota-se que alguns buscaram justificar o pouco comentário acerca do tema devido ao pouco conhecimento ou por considerar que algum outro tipo de respondente seria mais apropriado. Como o órgão manteve sua posição, os comentários aceitos foram aqueles que concordaram com as propostas do IASB no *Exposure Draft*, enquanto os que discordaram não tiveram sucesso de influência.

Tabela 5: Relação entre Tipo de Respondente e Aceitação de Comentário

Tipo de Respondente	Questão 4				Questão 5			
	Aceita	%	Não Aceita	%	Aceita	%	Não Aceita	%
Acadêmicos	-	-	2	1%	2	1%	-	-
Auditores	5	4%	4	3%	7	5%	2	1%
Assoc. Empresas	9	7%	13	10%	15	11%	7	5%
Assoc. Profissionais	14	10%	11	8%	16	12%	9	7%
Inst. Financeira	17	13%	8	6%	18	13%	7	5%
Normatizador	5	4%	15	11%	12	9%	8	6%
Preparador	9	7%	13	10%	7	5%	15	11%
Regulador	3	2%	6	4%	7	5%	2	1%
Outros	1	1%	1	1%	2	1%	-	-
Total	63	46%	73	54%	86	63%	50	37%
	136		100%		136		100%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisa.

Observa-se na Tabela 5, no que se refere a questão 4, que 54% dos respondentes não tiveram seus comentários aceitos, ou seja, discordaram da questão 4, ainda assim, o IASB manteve a proposta de cálculo de perda esperada, coincidentemente, o tipo de respondente que concordou com a proposta com maior frequência foi o de Instituições Financeiras, que é um dos grupos que mais serão influenciados pela Norma. Quanto à questão 5, a maioria (63%) concordou com a proposta e conseqüentemente obteve sucesso na influência, visto que o IASB a manteve na Norma Final, mais uma vez, o grupo de Instituições Financeiras foi que o obteve maior frequência na aceitação.

Nota-se que Associações de Empresas, Normatizadores, Preparadores e Reguladores, apresentaram a maioria de suas cartas indo contra a proposta do IASB na questão 4. Na questão 5, com exceção dos Preparadores, a maioria das cartas comentários dos demais grupos foram aceitas, ou seja, concordaram com a proposta do IASB. Na Tabela 6 é apresentada a relação entre a nacionalidade e aceitação do comentário.

Observa-se na Tabela 6 que, no que se refere a questão 4, a maioria dos respondentes da Europa tiveram seus comentários aceitos, enquanto nas demais nacionalidades observa-se o contrário, as mesmas não obtiveram sucesso com a maioria dos seus comentários. Na questão 5 os respondentes asiáticos passam a fazer companhia para os europeus com a maioria de seus comentários aceitos, enquanto os demais permanecem como observado na questão 4.

Tabela 6: Relação entre Nacionalidade do Respondente e Aceitação de Comentário

Nacionalidade	Questão 4				Questão 5			
	Aceita	%	Não Aceita	%	Aceita	%	Não Aceita	%
Europa	42	31%	29	21%	56	41%	15	11%
América do Norte	1	1%	5	4%	3	2%	3	2%
América do Norte (EUA)	5	4%	14	10%	4	3%	15	11%
Ásia	9	7%	12	9%	14	10%	7	5%
Oceania	1	1%	9	7%	2	1%	8	6%
América Latina	1	1%	2	1%	2	1%	1	1%
África	4	3%	1	1%	4	3%	1	1%
Não Identificado	-	0%	1	1%	1	1%	-	-
Total	63	46%	73	54%	86	63%	50	37%
	136		100%		136		100%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisa.

Para análise da nacionalidade, foram separados os respondentes dos Estados Unidos para uma melhor análise do que é proposto na Hipótese 1 desse estudo. Interessante notar que 14 respostas não foram aceitas, contra 5 aceitas na questão 4 e 15 respostas não foram aceitas, contra 4 aceitas na questão 5, o que vai em tendência contrária ao estabelecido na hipótese.

Para analisar os níveis de influência exercidas pelos participantes no processo normativo, optou-se pelo uso da regressão logística devido ao seu poder explanatório com a utilização de variáveis binárias. A tabela 7 apresenta o resultado das regressões completas para as questões 4 e 5.

Os modelos são significativos como um todo a um $p\text{-value} < 0.05$, como indicado pelo teste LR, e apresentam um pseudo R^2 de 0,1607 e 0,2282, respectivamente. Porém, a maioria das variáveis independentes não apresentam um efeito estatisticamente significativo na variável dependente, indicando a possibilidade de algumas variáveis incluídas serem irrelevantes para a estimação de ambos os modelos. Além disso, as variáveis América Latina e África, correspondentes a Questão 4 e 5, respectivamente, não apresentaram seus coeficientes por motivo de singularidade, indicando uma colinearidade quase perfeita com a variável dependente. Diante das situações ocorridas, optou-se por utilizar a ferramenta *stepwise*, responsável por identificar os melhores preditores para o modelo.

Tabela 7: Resultados da Regressões Logísticas completas

Variáveis	Questão 4		Questão 5	
	Modelo Completo		Modelo Completo	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
B ₁ Acadêmicos	-15,77	0,991	-2,98	0,996
B ₂ Audit	0,1652	0,918	-13,40	0,990
B ₃ Assoc. Empresas	-0,140	0,926	-13,44	0,990
B ₄ Assoc. Profissional	0,5728	0,704	-13,80	0,990
B ₅ Inst. Financeiras	1,2085	0,431	-13,23	0,991
B ₆ Normatizador	-0,700	0,646	-13,651	0,990
B ₇ Preparador Geral	0,0487	0,974	-15,05	0,989
B ₈ Regulador	-0,775	0,628	-13,54	0,990
B ₉ USA	0,5907	0,638	-1,31	0,211
B ₁₀ África	0,9980	0,566	-	-
B ₁₁ Ásia	-0,045	0,973	-0,9504	0,459
B ₁₂ Europa	0,3793	0,769	-0,3896	0,751
B ₁₃ América do Norte	-1,668	0,330	-1,5204	0,292
B ₁₄ Oceania	-2,574	0,132	-3,2497	0,027
B ₁₅ América Latina	-	-	-1,1890	0,500
Constante	-0,166	0,931	15,4318	0,989
Pseudo R ²	0,1607		0,2282	
Log likelihood	-77,75		-68,32	
Número de Observações	134		134	
LR chiq2(5)	29,78		40,40	
Prob > chi2	0,005		0,0001	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisa.

A Tabela 8 apresenta os resultados das regressões logísticas com *stepwise*. O teste LR demonstra que as regressões são significativas a um $p\text{-value} < 0.05$ e apresentam pseudo R^2 de 0,1457 para a Questão 4 e 0,2110 para a Questão 5, o que mostra que os modelos têm um poder explicativo de 14,57% e 21,10%, respectivamente. Esses resultados corroboram com os encontrados em outras pesquisas similares, como Carmo, Ribeiro e Carvalho (2014) e Tavares (2016). Carmo, Ribeiro e Carvalho (2014) ressaltam que o objetivo desse tipo de pesquisa é analisar o comportamento dos coeficientes, logo, o poder preditivo teria pouca implicação prática.

Os valores apresentados na Tabela 8 são somente os que foram selecionados como melhores preditores do modelo, assim, os resultados omitidos e não apresentados na Tabela se referem a variáveis não selecionadas pelo modelo *stepwise*.

Tabela 8: Resultados das Regressões Logísticas *stepwise*

Variáveis	Questão 4		Questão 5	
	Modelo <i>Stepwise</i>		Modelo <i>Stepwise</i>	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
B ₁ Acadêmicos	-*	-*	-*	-*
B ₂ Audit	-*	-*	-*	-*
B ₃ Assoc. Empresas	-*	-*	-*	-*
B ₄ Assoc. Profissional	-*	-*	-*	-*
B ₅ Inst. Financeiras	1,1671	0,040	-*	-*
B ₆ Normatizador	-0,931	0,11	-*	-*
B ₇ Preparador Geral	-*	-*	-1,528	0,0059
B ₈ Regulador	-0,951	0,21	-*	-*
B ₉ USA	-*	-*	-1,831	0,024
B ₁₀ África	-*	-*	-*	-*
B ₁₁ Ásia	-*	-*	0,1132	0,15
B ₁₂ Europa	-*	-*	0,7375	0,258
B ₁₃ América do Norte	-1,454	0,006	-*	-*
B ₁₄ Oceania	-2,868	0,013	-2,209	0,024
B ₁₅ América Latina	-*	-*	-*	-*
Constante	0,3188	0,225	0,8195	0,160
Pseudo R ²	0,1457		0,2110	
Log likelihood	-79,14		-69,84	
Número de Observações	134		134	
LR chiq ² (5)	27,01		37,35	
Prob > chi ²	0,0001		0,0000	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisa.

* As variáveis não foram selecionadas como melhores preditoras do modelo *stepwise* e dessa forma foram omitidas.

Adicionalmente, calculou-se também a razão de chance de cada variável, a fim de identificar a probabilidade de as variáveis independentes afetarem a variável dependente, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9: Razão de Chances (*odds ratio*)

Variável	Razão de Chances	
	Questão 4	Questão 5
Instituição Financeira	3,213	-*
Normatizador	0,394	-*
Preparador	-*	0,217
Regulador	0,393	-*
USA	-*	0,160
Ásia	-*	1,017
Europa	-*	1,930
América do Norte	0,233	-*
Oceania	0,057	0,110

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisa.

* As variáveis não foram selecionadas como melhores preditoras do modelo *stepwise* e dessa forma foram omitidas.

Quanto a operacionalidade da perda esperada (Questão 4), as variáveis significantes a 0,05 (Tabela 8) foram: Instituições Financeiras, América do Norte e Oceania. Dentre elas, apenas as Instituições Financeiras influenciam positivamente na Questão 4, tendo aproximadamente 3,2 mais chances de persuadir o resultado da normatização da operacionalidade da perda esperada do que qualquer outra carta enviada ao IASB, conforme demonstrado pela sua razão de chance, na Tabela 8. Por outro lado, as regiões América do Norte e Oceania possuem influência negativa na Questão 4, sendo possível confirmar através das razões de chances, que são 0,233 e 0,057, ou seja, possuem aproximadamente 76,7% e 94,3% menos chances de obterem sucesso com o IASB, respectivamente.

Acerca da perda esperada *lifetime* (Questão 5), as variáveis significantes (Tabela 8) foram Preparador Geral, USA e Oceania, sendo que todas elas apresentam sinal negativo e razões de chance de 0,217, 0,16 e 0,11. Ou seja, possuem aproximadamente 78,3%, 84% e 89% de chance de não obterem sucesso com o Board, respectivamente. Chama a atenção o fato de que os respondentes da Oceania seguem um caminho oposto ao do IASB em ambas as questões, ou seja, suas preferências não são acatadas pela Norma.

Verificou-se, também, a existência de multicolinearidade nos modelos através do teste VIF (*Variance Inflation Factor*), conforme demonstrado na Tabela 10. Pode-se perceber que o maior nível obtido foi de 2,88 e que, segundo Tavares (2016), o valor de VIF aceitável seria abaixo de 5, dado que um valor maior que 5 sugeriria uma multicolinearidade quase exata. Dessa forma, percebe-se que os dois modelos são robustos e passíveis de inferência.

Tabela 10: Teste VIF

Variável	VIF	
	Questão 4	Questão 5
Instituição Financeira	1,25	-*
Normatizador	1,24	-*
Preparador	-*	1,05
Regulador	1,11	-*
USA	-*	2,07
Ásia	-*	2,11
Europa	-*	2,88
América do Norte	1,07	-*
Oceania	1,10	1,59
Média das variáveis observadas	1,16	1,94

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisa.

* As variáveis não foram selecionadas como melhores predictoras do modelo stepwise e dessa forma foram omitidas.

4.3 Hipóteses da Pesquisa

Para a análise da primeira hipótese, H1, que diz respeito a probabilidade de influência dos respondentes pertencentes aos Estados Unidos, pode-se perceber que, em relação a questão quatro, tem-se uma relevância significativa para a América do Norte, com coeficiente de -1,454 e razão de chance de 0,233, mas a variável Estados Unidos não se mostrou significativa, o que mostra que os respondentes da América do Norte no geral seguem uma tendência contrária à do IASB e não tiveram aceitação dos seus comentários. Interessante notar que os respondentes da América do Norte representam a segunda nacionalidade com maior participação (Tabela 3), o que pode ser justificado pela facilidade com a língua inglesa, visto que é sua língua materna, os incentivando a ter uma maior participação nas discussões. Assim, talvez, o problema abordado pela questão quatro levou a uma inquietação significativa desses respondentes a respeito das propostas e do caminho tomado pelo IASB.

Já na questão 5, o resultado se torna diferente, quando a variável Estados Unidos, desta vez, mostra-se significativa com um coeficiente de -1,831, o que mostra que esses respondentes foram contra a proposta do órgão, mas ainda assim não tiveram sucesso de influência positiva, tendo seus comentários não aceitos, esses resultados podem ser observados também na Tabela 6, onde mostra que a grande maioria dos comentários enviados pelos EUA, para ambas as questões, não foram aceitos. Este achado pode corroborar com o fato de que em 2014 o FASB decidiu por desenvolver um modelo alternativo para a mensuração das perdas esperadas. Desta forma, a nova abordagem de *impairment* de crédito do FASB difere daquela encontrada na IFRS 9, o que poderia justificar a tendência contrária destes respondentes. Embora ambos os modelos sejam baseados em perdas de crédito esperadas, o FASB decidiu utilizar um modelo alternativo ao do IASB (IFRS, 2014). Talvez por isso os comentários dos respondentes americanos se mostrem em um caminho tão contrários às decisões tomadas pelo IASB.

Em novembro de 2011, a *Securities and Exchange Commission – SEC*, divulgou um relatório de comparação entre a U.S. GAAP - princípios geralmente aceitos pelos norte-americanos - e a IFRS 9. O estudo apresenta as diferenças geradas no balanço de 183 companhias estudadas e ressalta o desafio da aplicação de uma norma convergente, uma vez que esta demonstra-se subjetiva para empresas estadunidenses. Com isso, ao aplicar a U.S. GAAP, as entidades conseguem ter uma maior fiscalização pela SEC e conseqüentemente uma maior validação no mercado interno. Fato que, segundo o relatório, justificou a revisão do ED/2013/3, classificada como uma nova tentativa de reaproximação da norma internacional com a norte-americana.

Este ponto pode reforçar o fato de que o grupo de interesse dos EUA não teve expressiva participação, por ainda adotar práticas internas. Barth (2008) corrobora para este entendimento quando afirma que há uma resistência de adoção da IFRS pelos EUA trazendo uma certa descrença para mercados do mundo inteiro, uma vez que sua preferência está na normatização de seu país em detrimento da internacional.

A outra hipótese, H2, se refere ao sucesso de influência das Instituições Financeiras devido ao seu interesse nessa norma específica. As Instituições Financeiras formaram uma variável significativa apenas para a Questão 4, não podendo ser comprovada sua total influência nas principais questões apresentadas pela norma. Apesar disso, a influência na pergunta em questão pode ser um ponto crucial para este tipo de respondente, onde uma das principais preocupações apresentadas se refere ao custo de provisionamento inicial de 12 meses onde foram propostos outros métodos de reconhecimento inicial, assim, as Instituições Financeiras conseguiram realizar uma influência na norma quando se trata do reconhecimento inicial de perdas esperadas.

Yen, Hirst e Hopkins (2007) e Matos (2013) encontraram uma participação relevante das instituições financeiras que apareceram em segundo lugar de maior participação nas *comment letters* da norma de Demonstração do Resultado Abrangente e da norma de Leasing, respectivamente. A justificativa para tal feito está no impacto direto que a convergência poderá ter neste grupo de interesse, principalmente, neste caso, por ser uma norma bem específica para este setor. Desse modo, as estatísticas descritivas do presente artigo corroboram com estes achados, pois também foi observada alta participação nos comentários feitos ao ED/2013/3.

Entretanto, é interessante notar que, mesmo com a maioria dos comentários aceitos para a questão 5, os resultados não foram significativos na regressão logística. Fato que poderá abrir sugestão para futuras investigações do insucesso da influência de um dos prováveis grupos de interesse mais afetado pela convergência normativa em questão.

Assim, rejeita-se H1, pois não foi significativa na Questão 4 e apresenta uma influência negativa na Questão 5, ou seja, o sinal negativo na regressão e o resultado da razão de chance indicam que o Board seguiu o contrário do opinado por esses respondentes. H2 não pode ser rejeitada apenas parcialmente, pois as Instituições Financeiras se mostraram influentes apenas na Questão 4.

5 Considerações Finais

A normatização da contabilidade é um processo necessário para dar mais segurança, transparência e redução de assimetria de informações. Assim, apesar de críticas empregadas ao processo, percebe-se que as normas são capazes de oferecer estabilidade e confiabilidade ao sistema contábil. A credibilidade das transações de mercado são um claro exemplo de como a normatização beneficia a solidez do sistema financeira.

Sob esta ótica, entende-se que a crise financeira de 2008 gerou um grande questionamento sobre o modelo de perdas apresentado pela IAS 39, cujo modelo presava a ótica de perdas incorridas, ou seja, reconhecer-se aquilo que tem uma boa certeza de ser perda por já estar comprometido. Com isso, surgiu a necessidade de sua revisão para que agora fosse possível apresentar um novo modelo que pudesse, também, analisar prováveis perdas esperadas, trazendo resultados mais próximos à realidade do uso dos instrumentos financeiros.

A IFRS 9, então, surgiu para revisar a IAS 39, com o objetivo de descomplicar o modelo de perdas e facilitar a sua compreensão. Sendo assim, o modelo passou a ser de perda esperada, como uma de suas principais mudanças. O processo normativo, então, passou a contar com seu *duo process*, ao receber comentários do mundo inteiro em relação as propostas oferecidas pelo IASB em parceria com o FASB, que acabou se retirando do processo depois.

Em decorrência disto, é de se esperar que haja o interesse de usuários da informação contábil em tentar influenciar a norma. Dependendo do impacto que a aplicação da normatização irá causar, é natural que os respondentes tentem amenizar, ou encorajar, seus efeitos de acordo com os objetivos esperados, assim como corrobora a Teoria dos Grupos de Interesse. Assim, o presente estudo objetivou analisar se pode ser perceptível a influência dos respondentes, na norma final de instrumentos financeiros, com base em seus feitos nas *comment letters* do ED/2013/3.

Para isso, foi feita uma análise de 136 cartas divididas por tipo de respondente e nacionalidade de forma a verificar a influência de potenciais grupos de interesse, foram escolhidas duas questões do *Exposure Draft* devido a ambas abarcarem duas grandes mudanças no reconhecimento de perdas, a perda esperada inicial e o reconhecimento da esperada *lifetime*.

Das duas hipóteses de pesquisa estabelecidas, os achados mostraram que somente H2 pode ser confirmada, ainda que parcialmente. As Instituições Financeiras conseguiram influenciar o Board significativamente apenas em uma das questões abordadas.

Quanto aos demais achados, pode-se perceber que, na análise descritiva, o IASB foi contra 61% dos respondentes da Questão 4 e atendeu a 63% dos respondentes na Questão 5, coincidentemente, a influência significativa das Instituições Financeiras se deu na Questão 4, ou seja, esse grupo foi contra a maioria dos comentários e teve sua opinião aceita pelo Board.

Este estudo se mostra relevante por buscar capturar as tendências presentes na elaboração das normas contábeis internacionais, investigando se há alguma influência maior de determinados grupos. Algumas limitações encontradas referem-se à classificação das cartas e aos procedimentos utilizados, uma vez que a base de dados foi feita por meio da arbitragem dos pesquisadores, mesmo sabendo-se que a regressão reforçou a análise descritiva. A tradução das cartas, também ficaram submetidas a livre tradução, onde algumas das cartas possuíam um texto mais rudimentar e dificultaram, ainda mais, a tradução. Outras não possuíam identificação necessária e nem uma padronização que possibilitasse seu enquadramento. Desta forma, sugere-se a continuação de pesquisas como essa em outras normas, de forma a investigar como ocorre o processo de elaboração de várias normas e como o IASB pode ser influenciado.

Referências

AGRESTI, A. **An introduction to categorical data analysis**. John Wiley & Sons, 2018.

BARTH, Mary E. Global financial reporting: Implications for US academics. **The Accounting Review**, v. 83, n. 5, p. 1159-1179, 2008. doi: 10.2308/accr.2008.83.5.1159

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R. How did financial reporting contribute to the financial crisis? **European Accounting Review**, v. 19, n. 3, p. 399-423, 2010. doi: 10.1080/09638180.2010.498619

- BAUDOT, Lisa. The rhetoric of justification: The process of constructing what's "just" in accounting standard-setting. In: Annual Congress European Accounting Association, 36., 2013. **Proceedings...** Paris, 2013.
- BECKER, Gary S. A theory of competition among pressure groups for political influence. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 98, n. 3, p.371-400. DOI: 10.2307/1886017, 1983.
- CARMO, Carlos Henrique Silva do; RIBEIRO, Alex Mussoi; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Influência dos grupos de interesse no processo de normatização contábil internacional: o caso do Discussion Paper sobre Leasing. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 2, p. 98-118, 2014.
- CARVALHO, Cláudia Daniela Ferreira da Mota; ALBUQUERQUE, Fábio Henrique Ferreira de; QUEIROZ, Joaquim Teixeira; JUSTINO, Maria do Rosário. Uma Análise das Diferenças em Termos dos Interesses Profissionais a Partir do Projeto de Substituição da IAS 39. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 26, n. 68, p. 181-194, 2015. doi: 10.1590/1808-057x201500530
- CHATHAM, Michael D.; LARSON, Robert K.; VIETZE, Axel. Issues affecting the development of an international accounting standard on financial instruments. **Advances in Accounting**, v. 26, n. 1, p. 97-107, 2010. Doi: 10.1016/j.adiac.2010.03.002
- DANTAS, José Alves; RODRIGUES, Fernanda Fernandes; RODRIGUES, Jomar Miranda; CAPELLETO, Lucio Rodrigues. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 21, n. 52, 2010. p. 1-27, 2010. Doi: 10.1590/S1519-70772010000100002
- DEEGAN, Craig; UNERMAN, Jeffrey. **Financial Accounting Theory**. 2°. ed. New York: Hill, Mc Graw, 2011.
- GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5°. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- GINER, Begoña; ARCE, Miguel. Lobbying on accounting standards: Evidence from IFRS 2 on share-based payments. **European Accounting Review**, v. 21, n. 4, p. 655-691, 2012. doi: 10.1080/09638180.2012.701796
- IASB – IFRS Foundation and International Accounting Standards Board. **Due process handbook for the IASB**. 2008. Disponível em: <http://www.ifrs.org/nr/rdonlyres/1e8d75b7-927f-495b-be4a-04C9BE967097/0/DueProcess09.pdf>. Acesso em: 20/10/2017.
- IASB – IFRS Foundation and International Accounting Standards Board. **Exposure Draft – ED/2013/3**. Disponível em: <http://archive.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Financial-Instruments-A-Replacement-of-IAS-39-Financial-Instruments-Recognitio/Impairment/Pages/Financial-Instruments-Impairment-of-Financial-Assets.aspx>. Acesso em: 15 de outubro de 2017.
- IFRS FOUNDATION. **IFRS 9 – Financial Instruments**. 2014. Disponível em: <http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/en/ifrs9.pdf>. Acesso em: 27 de Setembro de 2017.
- JORISSEN, Ann; LYBAERT, Nadine; POEL, Katrien Vande. Lobbying towards a global standard setter—Do national characteristics matter? An analysis of the comment letters written to the IASB. 2006. In: GREGORIOU N, G. AND M. G. (Ed.). **Standards, Regulations and Financial Reporting**. First edit ed. Burlington, MA: Elsevier. p. 1–617, 2006.
- LARSON, Robert K. An Examination of the Comment Letters do the IASC: Special Purpose Entities. **Research in Accounting Regulation**, v. 20, p. 27-46, 2008.
- MAGLIO, R. A Content Based Analysis of Comment Letters on the IASB Discussion Paper Financial Instruments with Characteristics of Equity. In: **SSRN**, Rochester, Rochester, p. n/a, 2011. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1795982>
- MARQUES, Tatiane Oliveira; SCHULTZ, Charles Albino; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOUZA, João Artur de; PETRI, Sergio Murilo. Valor Justo Aplicado nos Instrumentos Financeiros: um Estudo nas Pesquisas Nacionais e Internacionais. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 2, 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v4i2.27544>
- MATOS, Eduardo B. S. **Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Apresentação das Operações de Leasing Segundo a Minuta de Pronunciamento (ED/2010/9) do IASB**: Análise da Opinião dos Usuários da

Informação Contábil. Dissertação de mestrado em contabilidade pelo programa da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Políticas Públicas - FACE da Universidade de Brasília – Brasil, 2013.

MATOS, Eduardo Bona Safe de; GONÇALVES, Rodrigo de Souza; NIYAMA, Jorge Katsumi; MARQUES, Matheus de Mendonça. Convergência internacional: análise da relação entre o processo normativo e a composição dos membros do IASB. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n. 1, p. 66-91, 2013. doi: 10.14392/ASAA/2013060104

MCLEAY, Stuart; ORDELHEIDE, Dieter; YOUNG, Steven. Constituent lobbying and its impact on the development of financial reporting regulations: evidence from Germany. **The Economics and Politics of Accounting**. Oxford, p. 285-316, 2004. doi: 10.1016/S0361-3682(99)00028-8

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tiburcio. **Teoria da Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo – Atlas, 2013.

PELTZMAN, S. Toward more general theory of regulation. **The Journal of Law & Economics** (Chicago), v. 19, n. 2, p. 211-240. DOI: 10.3386/w0133, 1976.

SAYED, S.; SOUZA, Ê. B. M. D.; COSTA, J. A.; TANCINI, G. R. Simulação dos Impactos da Alteração da Norma Internacional de Instrumentos Financeiros (IFRS 9) nos Maiores Bancos Brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2013. doi: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v8i1.13282.

SEC – Securities and Exchange Commission. Work Plan for the Consideration of Incorporating International Financial Reporting Standards into the Financial Reporting System for U.S. Issuers. **A Comparison of U.S. GAAP and IFRS**. November 16, 2011. Disponível em: <<https://www.sec.gov/spotlight/globalaccountingstandards/ifrs-work-plan-paper-111611-gaap.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves. **Fatores determinantes do sucesso de lobbying na norma de receitas: análise das etapas mais prováveis de influência sobre os Boards**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - UnB- UFPB- UFRN, 2016. doi: 10.26512/2016.04.T.21298

VISCUSI, W. K.; HARRINGTON, J. E.; VERNON, J. M. **Economics of Regulation and Antitrust**. 4th ed. Cambridge, MA, USA: The MIT Press, 2005.

YEN, Alex C.; HIRST, D. Eric; HOPKINS, Patrick E. A content analysis of the comprehensive income exposure draft comment letters. **Research in Accounting Regulation**, v. 19, p. 53-79, 2007. doi: 10.1016/S1052-0457(06)19003-7

ZEFF, Stephen A. Political lobbying on accounting standards—US, UK and international experience. **Comparative International Accounting**, v. 12, p. 624, 2010.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. C. R. Visoto, T. C. Silva, I. R. Nobre, J. M. Rodrigues.

Coleta de dados: M. C. R. Visoto, T. C. Silva, I. R. Nobre, J. M. Rodrigues.

Análise de dados: M. C. R. Visoto, T. C. Silva, I. R. Nobre, J. M. Rodrigues.

Discussão dos resultados: M. C. R. Visoto, T. C. Silva, I. R. Nobre, J. M. Rodrigues.

Revisão e aprovação: M. C. R. Visoto, T. C. Silva, I. R. Nobre, J. M. Rodrigues.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os Direitos Autorais para artigos publicados neste periódico são do autor, com direitos de primeira publicação para a Revista. Em virtude de aparecerem nesta Revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais, de exercício profissional e para gestão pública. A Revista adotou a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional - CC BY NC ND](#). Esta licença permite acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos desde que com a citação da fonte, atribuindo os devidos créditos de autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou um capítulo de livro).

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Contábeis e Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Carlos Eduardo Facin Lavarda e Suliani Rover

HISTÓRICO

Recebido em: 11/12/2017 – Revisado por pares em: 13/04/2020 – Reformulado em: 13/05/2020 – Recomendado para publicação em: 05/06/2020 – Publicado em: 30/06/2020